

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**10 (questões)**

As questões de 01 a 10 dizem respeito ao Texto. Leia-o atentamente antes de respondê-las.

**Vantagens genéticas que a maioria das pessoas não tem**

1 A maioria das pessoas fica com a visão embaçada ao abrir os olhos debaixo d'água. Isto não ocorre porque a água danifica nossos olhos de alguma forma, e sim por um problema físico: a densidade da água é parecida com a do tecido que forma nossos olhos. Por isto, a luz chega de forma diferente à retina. É por isto que a maioria dos humanos só consegue enxergar direito no ar. Mas há uma exceção: o povo moken, que habita a região do Mar de Andaman, na costa da Tailândia. A tribo é chamada de "ciganos do mar", por passar a maior parte do ano vivendo em balsas e botes. Só vão à terra firme para reabastecimento de alguns suprimentos. Se você tivesse genes moken, poderia enxergar perfeitamente debaixo d'água. Acredita-se que esta mutação foi selecionada graças ao estilo de vida da tribo, que envolve longas pescarias submarinas com arpão. Uma pesquisa publicada em 2003 na revista científica "Current Biology" mostrou que a mutação genética dos moken faz com que seus olhos mudem de formato ligeiramente debaixo d'água. Isto permite que a luz se distribua de forma correta ao ser captada pelos olhos – tornando possível que eles enxerguem de forma nítida, mesmo a mais de 20 metros de profundidade.

(Fonte adaptada: <https://g1.globo.com>> acesso em 22 de novembro de 2018)

01. Sobre o Texto e seu contexto, assinale a alternativa incorreta:

- a) Boa parte das pessoas ficam com a visão embaçada ao abrir os olhos debaixo d'água.
- b) Quando a densidade da água é parecida com a do tecido que forma os olhos humanos, ao mergulhar, a visão fica embaçada.
- c) A maioria dos humanos só conseguem enxergar direito no ar.
- d) A tribo do povo moken é conhecida como "ciganos do mar" por passar boa parte do tempo sobre os campos indígenas.

02. "Se você tivesse genes moken, poderia enxergar perfeitamente debaixo d'água." (linhas 14 e 15). A oração destacada é classificada como:

- a) Oração subordinada substantiva completiva nominal.
- b) Oração subordinada adverbial concessiva.
- c) Oração subordinada adverbial condicional.
- d) Oração subordinada adverbial causal.

03. "Só vão à terra firme para reabastecimento de alguns suprimentos." (linhas 12 a 14). Com base no período acima retirado do Texto, assinale a alternativa correta:

- a) É um período simples, formado por uma oração apenas.
- b) É um período simples, formado por uma oração coordenada.
- c) É um período composto, formado por uma oração principal e uma oração coordenada.
- d) É um período composto, formado por uma oração principal e uma oração subordinada.

04. Assinale a alternativa que representa uma palavra retirada do Texto acentuada pela seguinte regra: "Acentuam-se as palavras paroxítonas terminadas em ditongo crescente."

- a) "há" (linha 9).
- b) "Tailândia" (linha 10).
- c) "científica" (linha 19).
- d) "possível" (linha 24).

05. Assinale a alternativa correta com base no emprego da crase no termo destacado a seguir:

"Por isto, a luz chega de forma diferente à retina." (linhas 6 e 7)

- a) Há contração entre preposição exigida por regência verbal de "chega" e artigo definido feminino exigido por "retina".
- b) Há contração entre preposição exigida por regência nominal de "chega" e artigo definido feminino exigido por "retina".
- c) É obrigatório o uso da crase em locuções adverbiais como em "à retina".
- d) É obrigatório o uso da crase em locuções prepositivas como em "à retina".

06. Das palavras retiradas do Texto e seu contexto, não acarretaria em erro gramatical caso isolássemos por vírgulas a palavra:

- a) "pessoas" (linha 1).
- b) "olhos" (linha 3).
- c) "luz" (linha 6).
- d) "perfeitamente" (linha 15).

Analise o período a seguir para responder às questões 07 a 10:

*“Mas há uma exceção: o povo moken, que habita a região do Mar de Andaman, na costa da Tailândia.”* (linhas 8 a 10)

07. A partícula “que” destacada no período acima, exerce função morfológica de:

- a) Conjunção integrante.
- b) Pronome relativo.
- c) Conjunção comparativa.
- d) Complemento verbal.

08. A partícula “que” destacada no período acima, exerce função sintática de:

- a) Adjunto adverbial.
- b) Sujeito.
- c) Objeto direto.
- d) Complemento nominal.

09. É correto afirmar que a partícula “que” destacada introduz uma:

- a) Oração subordinada adjetiva explicativa.
- b) Oração subordinada adjetiva restritiva.
- c) Oração subordinada substantiva completiva nominal.
- d) Oração subordinada substantiva subjetiva.

10. A oração iniciada pela partícula “que”, ou seja, “*que habita a região do Mar de Andaman*” exerce, com relação à oração principal, função sintática de:

- a) Sujeito.
- b) Adjunto adnominal.
- c) Adjunto adverbial.
- d) Complemento nominal.

**CONHECIMENTOS GERAIS 05 (questões)**

11. Com base na notícia abaixo e utilizando seus conhecimentos sobre o assunto, analise o trecho e assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

*Encontro do G20 termina com acordos sobre comércio global e mudanças climáticas. O documento assinado de forma conjunta reitera a saída \_\_\_\_\_ do Acordo de Paris.*

(fonte adaptada: g1.com>acesso 01 de dezembro de 2018)

- a) Da Venezuela.
- b) Dos Estados Unidos.
- c) Da França.
- d) Do México.

12. A Hidrografia do Brasil reúne um dos mais extensos e diversificados recursos hídricos do planeta. A maior

bacia localizada inteiramente dentro do território brasileiro é:

- a) Bacia do Paraná.
- b) Bacia do Tocantins.
- c) Bacia Amazônica.
- d) Bacia do Uruguai.

13. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, foi, no início da noite do dia 21 de novembro de 2018, para a Granja do Torto, uma das residências oficiais da Presidência da República, onde irá dormir pela primeira vez. Bolsonaro chegou ao local às 18h35. Bolsonaro ainda não decidiu se vai fixar moradia no local após a posse, mas decidiu aceitar a oferta do presidente Michel Temer (MDB) de ficar no local durante a transição.

(Fonte adaptada: noticias.uol.com.br > acesso em 01 de dezembro de 2018)

Além da Granja do Torto, qual a denominação da outra residência oficial dos presidentes da república, no Distrito Federal:

- a) Palácio da Alvorada.
- b) Palácio do Lago.
- c) Palácio Sublime.
- d) Palácio do Catete.

14. Guerras e conflitos ocorrem no mundo todo como resultado de confronto sujeito a interesses entre dois ou mais grupos distintos de indivíduos mais ou menos organizados. São revoltas que ocorreram no Brasil:

- I- Revolta dos Beckman;
- II- Revolta dos Cipaiois;
- III- Revolução Farroupilha.

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.

15. De acordo com a história do município de Piratininga – SP, analise o trecho e assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

*A ocupação da área do atual município de Piratininga ocorreu a partir do final do século XIX, no segundo momento da expansão cafeeira pelo interior do estado de São Paulo. A data considerada como de fundação da cidade (18/05/1895) refere-se ao dia em que o Sr. Manoel Pedro Carneiro efetivou a doação de uma área de terra no contraforte da Serra de Agudos para a constituição de um patrimônio denominado “\_\_\_\_\_”.*

- a) Santana das Cruzes.
- b) Terra dos Inocentes.
- c) Peixe a Secar.
- d) Santa Cruz dos Inocentes.

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

**05 (questões)**

16. Segundo o disposto na Lei Orgânica de Piratininga - SP à Câmara Municipal, observando o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização, política e provimento de cargos de seus serviços e, especialmente, sobre os seguintes temas, dentre outros:

*I- Sua instalação e funcionamento;*

*II- Posse de seus membros;*

*III- Eleição da Mesa, sua composição e suas atribuições;*

*IV- Número de reuniões mensais.*

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.

17. Serão leis complementares, dentre outras previstas na Lei Orgânica de Piratininga - SP, exceto:

- a) Código Tributário do Município.
- b) Código de Obras.
- c) Plano Municipal de Educação.
- d) Código de Posturas.

18. Com base no Regimento Interno da Câmara Municipal de Piratininga – SP, é correto afirmar que a Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de:

- a) Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, com mandato de 02 (dois) anos, eleitos por votação secreta.
- b) Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, com mandato de 02 (dois) anos, eleitos por votação aberta.
- c) Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, com mandato de 04 (quatro) anos, eleitos por votação secreta.
- d) Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, com mandato de 04 (quatro) anos, eleitos por votação aberta.

19. Leia com atenção:

*O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, constituído pela reunião de Vereadores em Exercício, em local, forma e número estabelecidos neste Regimento.*

Conforme o disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Piratininga – SP, com base no trecho acima é correto afirmar que:

- a) É ilegal deliberar em sessão.
- b) Integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.
- c) Local é o recinto de sua sede.

- d) Não integra o Plenário, o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.

20. Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Piratininga – SP, *Questão de Ordem* é toda dúvida levantada em Plenário, quanto à interpretação do Regimento, sua aplicação ou sua legalidade. Analise sobre o tema:

*(\_\_)- As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar;*

*(\_\_)- Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, na sessão em que forem requeridas, as questões de ordem, sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão e criticá-la;*

*(\_\_)- Cabe ao Vereador, recurso da decisão, que será encaminhada à Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento, cujo parecer será submetido ao Plenário, que decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como julgado para aplicação em casos semelhantes.*

Assinale (V) para as afirmações verdadeiras e (F) para as falsas e em seguida marque a alternativa que apresenta a ordem correta de cima para baixo:

- a) F-V-V.
- b) V-F-V.
- c) V-V-F.
- d) V-F-F.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 20 (questões)**

21. A Administração Pública se sujeita a controle com a finalidade de assegurar que atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, como os da legalidade, moralidade, finalidade pública, publicidade, motivação, impessoalidade; em determinadas circunstâncias, abrange também o controle chamado de mérito e que diz respeito aos aspectos discricionários da atuação administrativa. Sobre o controle administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) A Administração Pública somente se sujeita a controle administrativo e judicial.
- b) O controle da Administração Pública pode ser apenas para apreciação de legalidade e não de mérito.
- c) Quanto ao momento o controle pode ser prévio, concomitante ou posterior. O controle concomitante tem por objetivo rever os atos já praticados, para corrigi-los, desfazê-los ou apenas confirmá-los; abrange atos como os de aprovação, homologação, anulação, revogação, convalidação.
- d) O controle interno é feito, normalmente, pelo sistema de auditoria, que acompanha a execução do orçamento, verifica a legalidade na aplicação do dinheiro público e auxilia o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional.

22. Trata-se do poder da Administração, que pode ser entendido como uma das formas pelas quais se expressa a função normativa do Poder Executivo. Pode ser definido como o que cabe ao Chefe do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios, de editar normas complementares à lei, para sua fiel execução.

O trecho acima define:

- a) Poder Regulamentar.
- b) Poder de Polícia.
- c) Poder Hierárquico.
- d) Poder Disciplinar.

23. Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos. Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano. Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito:

- a) Decretar a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- b) Mover pedido de tutela de urgência de natureza cautelar para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- c) Representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- d) Comunicar ao indiciado para que indique os bens que serão declarados indisponíveis.

24. Maria, filha de um famoso Secretário de Segurança Pública que foi condenado em ação de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito e lesão ao erário, passou a ter dúvidas em relação à sua responsabilidade sobre a condenação de seu pai após a morte, isto é, Maria tinha receio de se tornar responsável em arcar com o ressarcimento ao erário a que seu pai fora condenado. Desta forma, Maria perguntou como ficaria a situação para sua amiga de infância, Débora, que estava cursando o 2º semestre do curso de direito. Débora informou Maria que ela seria sim responsável por todas as cominações da lei de improbidade, até o valor da condenação ser totalmente pago, ainda que a herança não fosse suficiente, e assim Maria arcaria com seu próprio patrimônio. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) A orientação feita por Débora foi incorreta, pois Maria não tem responsabilidade nenhuma pelos atos de improbidade de seu pai após a morte, inclusive estando resguardada a totalidade da herança.
- b) A orientação feita por Débora foi correta, pois pelo princípio da supremacia do interesse público sobre

o privado, o ressarcimento ao erário deve ser feito, independente de qual pessoa arque com os valores.

- c) A orientação feita por Débora foi correta em partes, pois de fato, Maria responderá pelas cominações da lei de improbidade com o próprio patrimônio, extrapolando o limite da herança, entretanto, haverá uma limitação de duzentos salários mínimos para tal pagamento com o próprio patrimônio de Maria.
- d) A orientação feita por Débora foi incorreta, pois o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da lei de improbidade até o limite do valor da herança, portanto Maria não arcaria com o próprio patrimônio.

25. O atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância, que decorre da prerrogativa que tem o Poder Público de, por meio de atos unilaterais, impor obrigações a terceiros é denominado como:

- a) Presunção de legitimidade.
- b) Imperatividade.
- c) Autoexecutoriedade.
- d) Tipicidade.

26. Cláudia, estudante de direito do 6º período, ao deixar a aula de processo civil estava confusa sobre as disposições legais acerca da prevenção do juízo na propositura de nova demanda. Sobre a situação, assinale a alternativa correta:

- a) O primeiro despacho do juiz torna prevento o juízo.
- b) A juntada aos autos do mandado de citação torna prevento o juízo.
- c) A decisão saneadora torna prevento o juízo.
- d) O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.

27. Nos termos do Código de Processo Civil, se verificada a incompetência relativa do juízo para julgar a demanda após o recebimento da inicial, o réu deve:

- a) Aguardar o juízo, se manifestar por ofício.
- b) Alegar a incompetência em preliminar de contestação.
- c) Apresentar impugnação à competência.
- d) Apresentar exceção de incompetência.

28. Sobre o conflito de competência, no processo civil, julgue os itens a seguir:

*I- O relator nunca poderá julgar de plano o conflito de competência;*

*II- O conflito pode ser suscitado ao tribunal pelo juiz e pelo Ministério Público por ofício, e pelas partes por petição;*

*III- Após a distribuição, o relator determinará a oitiva dos juízes em conflito ou, se um deles for suscitante, apenas do suscitado;*

IV- O relator poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, determinar, quando o conflito for positivo, o sobrestamento do processo e, nesse caso, bem como no de conflito negativo, designar um dos juízes para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes;

V- Não é necessário em nenhuma hipótese o acompanhamento do Ministério Público nos conflitos de competência, ainda que os processos sejam relativos aos casos em que o Ministério Público deve intervir como fiscal da ordem jurídica;

VI- O conflito de competência pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou pelo juiz.

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens I, II e VI estão corretos.
- b) Apenas os itens II, III, IV e V estão corretos.
- c) Apenas os itens III, IV e VI estão corretos.
- d) Apenas os itens II, IV, V e VI estão corretos.

29. Nos termos do Código de Processo Civil, quando o juiz verificar a incapacidade processual ou a irregularidade de representação da parte, deverá tomar a medida de:

- a) Suspender o processo e designar prazo razoável para que seja sanado o vício.
- b) Extinguir o processo sem resolução de mérito.
- c) Determinar a revelia do réu, ou julgar improcedente pedido do autor.
- d) Extinguir o processo com resolução de mérito.

30. Na fase postulatória do Procedimento Comum o pedido deve ser certo e determinado. Carlos pretende mover demanda em face da empresa Delta YZ, mas não é possível determinar desde logo, as consequências do ato ilícito praticado pela referida empresa. Neste caso, assinale a alternativa correta sobre a conduta que Carlos deve tomar:

- a) Carlos deve aguardar a apuração de todas as consequências para propor a demanda, pois a lei processual civil brasileira veda o pedido genérico.
- b) Carlos deve mover a demanda baseado em uma estimativa das consequências, sem existir chance de apresentar pedido genérico.
- c) Carlos deve formular pedido genérico, pois de acordo com o Código Processo Civil é lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato.
- d) Carlos não poderá propor demanda enquanto não tiver um pedido certo e determinado, pois não há como apurar posteriormente o pedido.

31. Sobre a fase probatória no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

- b) O juiz não pode determinar a produção de provas de ofício.
- c) O ônus da prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito incumbe como regra, ao autor.
- d) O juiz somente apreciará a prova constante dos autos, que tenha sido promovida por autor e réu, e não precisa indicar na decisão as razões da formação de seu convencimento.

32. José Sonival, comerciante conhecido em sua região, moveu processo de execução de título extrajudicial em face de Caíque, cliente de seu negócio. Após certo período de tempo, ficou comprovado que Caíque dificultava e criava embaraços para a realização da penhora. Nesta situação, de acordo com o Código de Processo Civil, a conduta de Caíque configura:

- a) Conduta aceitável, pois dificultar a penhora faz parte do direito de defesa na execução.
- b) Conduta reprovável perante a sociedade, mas sem nenhuma previsão legal quanto à sua prática.
- c) Conduta atentatória à dignidade da justiça.
- d) Conduta moralmente indevida, mas aceita na prática do processo de execução.

33. No que diz respeito ao Agravo de Instrumento, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) O relator deve sempre atribuir efeito suspensivo no recurso, por sua natureza de desafiar decisão interlocutória.
- b) O agravante deve obrigatoriamente em todos os casos, requerer a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso, ainda que o processo seja eletrônico.
- c) O agravo de instrumento deve ser interposto somente por protocolo eletrônico em processo digital, ou protocolo realizado diretamente no tribunal competente para julgá-lo, inexistindo outras formas de protocolo permitidas em lei.
- d) Recebido o recurso no tribunal e distribuído imediatamente, o relator determinará a intimação do Ministério Público, preferencialmente por meio eletrônico, quando for o caso de sua intervenção, para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias.

34. Diego, jovem de 28 anos, artista famoso, passou a enfrentar problemas pessoais que o levaram a dilapidar seu patrimônio de forma contumaz, que o caracterizavam como pródigo. Diante desta situação, sua mãe Rosane pediu sua interdição, que o priva de emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração, sem a presença de seu curador. Após a sentença de interdição, passaram-se dois anos sem o pagamento

do Imposto de Renda, pois Rosane entendia que como Diego estava interditado não tinha capacidade plena, portanto não tinha capacidade tributária passiva. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Diego não tem capacidade tributária passiva, pois não é plenamente capaz para a prática dos atos da vida civil por ser pródigo, portanto não há como ser sujeito passivo de crédito tributário.
- b) Diego tem capacidade tributária passiva, pois apesar de os interditados não possuírem capacidade tributária passiva os pródigos possuem.
- c) Diego tem capacidade tributária passiva, pois a capacidade tributária passiva independe de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.
- d) Diego não tem capacidade tributária passiva, pois qualquer pessoa interditada não pode ser sujeito passivo de crédito tributário.

35. De acordo com o Código Tributário Nacional, imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. O imposto sobre a importação de produtos estrangeiros, que tem como fato gerador a entrada destes no território nacional é de competência:

- a) Da União.
- b) Dos Estados.
- c) Dos Municípios.
- d) Do Distrito Federal.

36. Segundo a Constituição Federal, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana. Sobre as disposições constitucionais sobre os partidos políticos, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os partidos políticos que tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- b) Os partidos políticos não têm autonomia para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias.
- c) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento.
- d) É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

37. Sobre as disposições constitucionais sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:

- a) O ingresso na carreira de juiz substituto se dá mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, dois anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.
- b) O juiz titular pode residir em estado diverso daquele de sua comarca.
- c) Os juízes gozam apenas de irredutibilidade do subsídio e da inamovibilidade, sendo a vitaliciedade atribuído exclusivo dos membros do Ministério Público.
- d) Os juízes não podem exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

38. De acordo com as normas constitucionais sobre o Poder Legislativo, julgue os itens a seguir:

*I- Deputados e Senadores não poderão, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;*

*II- Não perderá o mandato o Deputado ou Senador investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;*

*III- O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional, com voto distrital;*

*IV- Perderá o mandato o Deputado ou Senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;*

*V- A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.*

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- b) Apenas os itens II, III, IV e V estão corretos.
- c) Apenas os itens III, IV e V estão corretos.
- d) Apenas os itens II, IV e V estão corretos.

39. A Constituição Federal da República Federativa do Brasil é considerada rígida, por conta do procedimento legislativo mais dificultoso para aprovação de emendas à constituição, sendo inclusive considerada por parte da doutrina como constituição super rígida por conta da existência de cláusulas pétreas. Sobre o processo legislativo de emenda à constituição, assinale a alternativa incorreta:

- a) A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
- b) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) A Constituição pode ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- d) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

40. O Governador do Estado Delta, por razões de inimizade com o Governador do Estado Kappa, resolveu decretar que a Polícia Militar sob o seu comando invadisse o Estado Kappa para tomar o território e o governo. Nesta situação, assinale a alternativa que contém a medida passível de ser tomada e garantida pela Constituição:

- a) Dissolução do Estado Kappa como sanção pela transgressão dos limites de seu território.
- b) Fusão obrigatória dos dois Estados, determinada pela União para pôr fim aos conflitos.
- c) Declaração de guerra civil.
- d) Intervenção Federal da União nos Estados.